

NOTAS PARA A AVALIAÇÃO DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO "EDUCAÇÃO POPULAR: INSTRUMENTO DE FORTALECIMENTO DA SOCIEDADE CIVIL - DESAFIO DOS ANOS 80", DE EUNICE TREIN.

MOACYR DE GÓES (da UFRJ).

"Educação Popular: instrumento de fortalecimento da sociedade civil - desafio dos anos 80" é o tema da dissertação de mestrado de Eunice Trein.

A delimitação do campo de trabalho parece ser, então, a seguinte: ao homem brasileiro, os anos 80 se desvelam com alguns desafios; um deles é a necessidade de fortalecimento da sociedade civil; este objetivo seria alcançado com uma ferramenta de trabalho chamada Educação Popular, não com este instrumento exclusivamente, mas, também, com ele.

A proposta, assim enunciada, já é ela mesma um desafio, dada a sua complexidade. E eu diria mais: um desafio que traz em seu bojo a ousadia de quem quer olhar de frente, cara-a-cara, grandes questões nacionais como a Sociedade Civil, o Poder Político, isto é, o Estado, e a Educação, esta em suas formas de Educação Popular e/ou Educação Pública.

Apontando para este horizonte largo, a Autora diz logo, às páginas 04 e 05.

"Nosso interesse pela escola tem como ponto de partida a sua condição de parte de um todo , de um todo que maior que ela lhe é relativamente determinante: a sociedade".

Desponta assim, nas primeiras páginas, a ponte do iceberg que a Autora estudará, em profundidade, com competência e lucidez.

Comporta a este militante pela educação pública , gratuita, democrática e laica ter em mãos a dissertação de mestrado de Eunice Trein, não para um julgamento burocrático,

mas para navegar em sua companhia no largo mar, quase sempre tempestuoso, da Educação Popular. Uma viagem direcionada pela bússola da Academia que orienta de uma forma nunca mecanicista e aponta para as grandes articulações da história brasileira, a partir dos anos 30.

Registro a proposta da Autora como representante de um pensamento pós-ditadura tecnocrático-civil-militar que, por mais de vinte anos, escamoteou a realidade brasileira e tentou aprisionar a Educação numa sala de aula estereotipada e pasteurizada. Para conhecer a Educação a Autora derrubou as paredes de sua sala-de-aula e percebeu, como bem demonstra o sumário de sua dissertação a questão da educação popular emergindo de um dado processo histórico brasileiro; as transformações econômicas e sociais geradas no bojo do pacto populista e na ideologia do desenvolvimentismo; as teorias de educação que permearam os anos 60, 70 e 80 e, finalmente, as articulações da Educação Popular com a Cidadania.

Ao rejeitar o tecnicismo mecanicista do autoritarismo dos últimos vinte anos, a Autora estabelece as pontes com o melhor do pensamento educacional e pedagógico dos anos 20; dos anos 30 até ao Estado Novo; dos anos 50 e 60 até ao Golpe de Estado de 1964.

Como herdeira dessa historicidade brasileira a Autora indica o seu campo de trabalho nos anos 80, de forma inequívoca. E, assim como enfrenta o desafio de articular escola com o processo histórico pós-1930 ela se coloca também para responder às questões deste nosso tempo.

Em 1984, a propósito do tema, escrevi um pequeno artigo com algumas perguntas e várias respostas encontro nesta dissertação de mestrado do IESAE.

Dada a convergência da temática transcrevo o início do artigo:

"A educação brasileira, nos anos 70, conheceu uma grande discussão que persiste ainda, nos anos 80:

- É possível a convivência de formas de educação popular no âmbito das instituições e/ou Estado?

Esta indagação traz os seus desdobramentos:

- O que é o popular em educação?
- O popular seria colocar a educação a serviço da organização política das classes populares?
- O popular seria assegurar a universalização da escola gratuita, garantindo a educação fundamental para todos - proposta que somente o Estado poderá executar?
- O popular seria a participação da comunidade e dos educandos na definição dos conteúdos, programas e currículos?
- Isto seria o popular mesmo que fosse administrado por pequenos grupos politizados e sem condições de assegurar a universalização da escola?
- Isto seria possível no âmbito da escola oficial?
- O popular seria a eleição de diretores de escola pública por professores, alunos, funcionários, associações de pais e mestres?
- O popular só teria condições de emergir se não fosse "contaminado" pelas ideologias constitucionais e/ou do Estado?"

E as perguntas iam por aí à fora, naquele artigo de 1984, até encontrarem o caminho - que era a minha preocupação - da necessidade de se articular a educação pública com a educação popular e registrar um exemplo já historicizado desta posição que foi o movimento da educação popular denominado "De Pé no Chão também se Aprende a Ler", desenvolvido na Secretaria Municipal de Educação de Natal, Rio Grande do Norte, de 1960 a 1964.

Agora vejo que Eunice Trein aponta na mesma direção. Transcrevo o que ela escreve à pág. 118:

"A proposta pedagógica para uma educação popular hoje deve preservar algumas dimensões que caracterizam o acervo de nossas teorias pedagógicas, tais como por exemplo a universalização do ensino, realizada pela escola pública, laica e gratuita; a qualidade pedagógica; a conscientização política, realizada pela educação popular

com as classes dominadas. Mas, por certo, não serão somente estes elementos a serem integrados. Uma proposta pedagógica adequada deverá dar conta ainda, e sobre tudo, da complexa tarefa de oferecer aos destituídos de qualquer privilégio a capacitação suficiente para disputar seu espaço social em uma sociedade em que o dinamismo das conquistas científicas e tecnológicas afasta cada vez mais dos demais membros da sociedade aqueles que têm oportunidade de acesso aos conhecimentos mais avançados".

Esta proposta formulada no final da dissertação de mestrado, está coerente com a proposta inicial quando a Autora afirma à pág. 08:

"..., nossa tese [é] em favor de uma educação popular que se exerça também dentro da escola".

E mais: é compatível com a apaixonada defesa da escola pública que emana das páginas 51 a 53.

As vertentes dos movimentos de educação popular e da escola convergem, novamente, à pág. 106, quando a Autora afirma:

"... além da consciência crítica é indispensável que os dominados possam operar também com o saber da ciência e da tecnologia contemporâneos. Não será suficiente a vontade política só ela para uma reversão do poder, se o poder se funda sobre um saber do homem, da natureza e de suas relações ao qual não se tem acesso de forma expontânea".

Nas mãos de Eunice Trein há um verdadeiro Fio de Ariadne que tece a página 70 à página 111, desenhando os papéis das diversas escolas pedagógicas, tendo como pano de

fundo a História e seus impulsos. Assim é que a Autora vê a escola tradicional consolidando o poder da burguesia emergente; a Escola Nova acenando para a universalização do conhecimento, de uma forma menos autoritária e, finalmente, a educação popular revelando-se como "um instrumento de luta a serviço da superação da opressão das classes dominadas", apesar do equívoco de não ter considerado eficazmente "o fato de que a educação não é condição suficiente à reforma das estruturas sociais". É nesta moldura histórica da página 70 que a Autora vai cobrar a coerência dos educadores dos anos 80, em plena transição democrática, quando enfatiza na página 111:

"Se em um período de transição cobrarmos da sociedade um compromisso com a educação e com a prática educativa dentro do sistema escolar é contudo o educador, antes de qualquer outro, em seu compromisso com o social, aquele que deve expressar em todos os momentos de sua ação, seja na esfera restrita da competência, o sistema educativo, seja como simples cidadão, o seu engajamento - a sua disposição de fazer da educação popular um espaço de luta pela democracia".

Nesta visão crítica a autora aproxima o momento pré-1964 do atual momento da elaboração da Constituinte. É evidente que a intenção não é ligar os primeiros anos 60 aos atuais anos 80 e jogar a ditadura para debaixo do tapete, como se ela não tivesse existido. Assim não se faz a História. A direção da discussão é oposta. Há que se assumir a História como um todo, pois, só assim, corrigiremos, nos anos 80, os equívocos dos anos 60 e dos anos 70.

Sem a generosa ingenuidade dos anos 60, quando se pensava que a educação popular seria o motor da História; sem o desespero dos anos 70, quando o vácuo político nos levava às leituras mecanicistas de propostas educacionais do capitalismo avançado como as teorias da Reprodução e a dos Aparelhos Ideológicos do Estado.

À mesa dos anos 80, para que a educação popular seja um instrumento de fortalecimento da Sociedade civil, precisam estar sentados, numa visão não maniqueista, os "anjos" dos anos 60 e os "demônios" dos anos 70. Ambos serão úteis - cada qual com sua colaboração. Os educadores dos anos 60 aprenderão que existe uma questão inarredável chamada luta de classes e que o imperialismo não é o único inimigo. Os educadores dos anos 70 aprenderão que, se o Estado for democratizado, a Escola não será o **locus** fatal à esperança onde só habitarão a reprodução da dominação de classes e a ideologia da classe dominante.

Esses desdobramentos, essas visões críticas do processo, permeiam a tese de Eunice Trein de uma forma substantiva em mais uma demonstração de competência e lucidez.

Isto posto, depreende-se de minhas palavras que a caminhada que faço com a Autora é a viagem de dois companheiros, na mesma estrada. O chão que pisamos é o mesmo; o horizonte que vislumbramos é o mesmo e, principalmente, o pão que nos alimenta traz a mesma composição em termos de bibliografia estudada e visão de mundo de dois profissionais de educação que assumem o compromisso político.

Isso não impede de percepções específicas algumas vezes um pouco diferenciadas. Assim, além da distância da faixa etária dos dois viajantes, os olhos de cada um podem ver nuances distintas nos rios e suas corredeiras, no alargamento ou estreitamento da estrada, no voo dos pássaros e sentir de forma particular o perfume das flores. São afinal, percepções vislumbradas, também, em função das biografias de cada um dos caminhantes - aquilo que a vida nos agrega nos dias fastos e nefastos - como diziam os romanos tomando cada um, um universo próprio em face de determinadas análises; aliás, Ortega já disse que "eu sou eu e minhas circunstâncias".

Assim, sem diminuir o valor da tese de Eunice Trein, cumpre-me, profissionalmente, acrescentar algumas percepções que possam contribuir para o enriquecimento do tema.

Parece-me que, apesar de sua aguda visão crítica do processo histórico, a Autora padece do "pecado original" de

ter vivido o período da ditadura tecnocrático-civil-militar dos vinte anos. Isso, que é uma evidência para todos nós, traz, como consequência a persistência de uma visão daquele Estado "endemoniado" que foi a sua manifestação autoritária. É bem verdade que a Autora faz um esforço e distingue a História de uma fase da História. Mas, assim como no cristianismo não temos o livre-arbítrio face ao "pecado original" nem o poder de rejeitá-lo, assim quem viveu a ditadura carrega o nefasto carma de olhar o Estado através do modelo de 1964, aprofundado pelo de 1968. Este é um dado. Outro é o próprio tema escolhido pela Autora: o fortalecimento da sociedade civil. Fortalecimento face a que? Evidentemente face ao Estado e a Autora tem razão de olhar o Estado de forma enviesada e aí afirma, à página 02 que o "Estado ocupa todos os espaços da Nação" o que vai complicar, todavia, às páginas seguintes, é que a Autora vai defender a escola pública. Daí alguma perplexidade: como uma escola pública sem o Estado? E mais: se o Estado, no campo da educação "ocupa todos os espaços da Nação" porque ainda não foi assegurada a universalização das oportunidades de acesso à educação? Onde e quando a rede pública "ocupa toda a Nação?"

A própria autora se encarrega de reforçar a minha pergunta, à página 18, quando documenta que em 1933 as escolas técnicas matriculavam 14.693 alunos e em 1965, com o SENAI e SENAC, a matrícula ascendia para 65.485 estudantes. Ora, o que são SENAI e SENAC senão a transferência da responsabilidade e dos ganhos políticos do ensino profissional do Estado para os patrões?

E a partir daí, toda uma política nacional de transferência de recursos públicos para os empresários de ensino, cujas "bolsas de estudo" são, apenas, uma ponta do iceberg.

Isso vai invalidar a tese de Eunice Trein? Não. Apenas a abordagem é que terá que ter um acréscimo, parece-me.

Se queremos defender a educação popular e a escola pública, parece-me, que **a sociedade civil deve ser fortalecida com o objetivo básico de democratizar o Estado.**

Um Estado democrático, não autoritário, representati-

vo e realmente depositário da vontade popular, consequentemente, um Estado transformado e não a serviço da classe dominante deverá ocupar ainda maiores "espaços da Nação" para cumprir a obrigação política de assegurar a educação para todos. Acrescento, então, este pequeno elo à discussão.

Um dos momentos altos da tese de Eunice Trein, para mim, é o cerne do capítulo denominado "Desenvolvimento histórico da realidade brasileira e educação popular" porque aí ficam desveladas as articulações subjacentes às grandes questões. Aí são tratadas as "mudanças de polo da economia [nos anos 50] que alteram também o perfil da demanda da força-de-trabalho e exigem em consequência uma reestruturação do sistema educacional" (páginas 12 e 13); a urbanização (pág. 15) a burguesia emergente suplantando a oligarquia; a melhoria das condições materiais da vida dos trabalhadores e o apontar para a modernização (páginas 16 e 17).

Como mais tarde a Autora vai tratar dos movimentos da educação popular no Nordeste, parece-me que não basta situar o papel histórico do ISEB, somente. Há que referir-se também a Paulo Freire (apesar de o educador nordestino receber forte influência isebiana) quando no Seminário Regional de Pernambuco, preparatório ao Segundo Congresso Nacional de Educação de Adultos, relata o tema "Educação dos adultos e as populações marginais: o problema dos mocambos". Também, o mesmo Segundo Congresso (Rio 1958), quando o educador nordestino defendeu a educação **com** o homem, denunciando a então vigente educação **para** o homem. Ainda de Paulo Freire, em 1959, a defesa de sua tese no Recife, "Educação e a Realidade Brasileira". Vanilda Paiva, em presta grande importância a este segundo Congresso que reintroduz o social nas questões da educação, visão soterrada pela repressão do Estado Novo (1937-45).

Ainda, em se tratando dos movimentos de educação popular mais ou menos englobados na expressão "Movimentos de educação de base" (p.31), convém evitar ambiguidades e registrar a cronologia do surgimento dos referidos movimentos nos anos 60:

- O Movimento de Cultura Popular do Recife é criado em maio de 1960;
- A Campanha de Pé no Chão também se Aprende a Ler é deflagrada em Natal em 23 de fevereiro de 1961;
- O MEB é lançado pela CNBB em Convênio com o Governo Federal em março de 1961;
- e, fora do Nordeste, mas com grande influência naquela Região, o Centro Popular de Cultura da UNE, criado em abril de 1961.

A Autora, no curso de seu trabalho, teve a grande preocupação de articular a proposta de educação ao momento político então vivido. Por isso, é necessário registrar que os movimentos de educação e cultura popular do Nordeste estão intimamente ligados à vitória da Frente do Recife que elegeu Pelópidas Silveira, Prefeito daquela cidade, abrindo caminho para as cenção do movimento popular e as posteriores eleições de Miguel Arraes à Prefeitura do Recife, Djalma Maranhão à Prefeitura de Natal e, finalmente, Miguel Arraes ao Governo de Pernambuco.

Este indicador é muito claro quando o estudo da questão se faz tendo como base os documentos produzidos pelos próprios Movimentos de Educação e Cultura Popular. É o caso do MCP que afirma em seu Plano de Ação de 1963 o seguinte:

"O movimento popular gera o movimento de cultura popular. O movimento popular, ao atingir determinada etapa de seu processo de desenvolvi mento, experimenta necessidade de liquidar certos entraves de ordem cultural que se apresentam como barreiras características daquela etapa obstaculizando a passagem para a etapa seguinte. A superação de tais dificuldades se apresenta, assim como condição para o prosseguimento do processo.

O movimento popular não gera um movimen-

to cultural qualquer. Gera, precisamente, um movimento de cultura popular (...)

No caso particular de Pernambuco, primeiramente em Recife, logo depois, em todo o Estado, aquele ascenso democrático assumiu proporções inéditas, daí resultando um elemento qualitativamente novo na configuração do movimento de cultura popular".

Esta transcrição, apesar de longa, é necessária, uma vez que dá a palavra aos próprios agentes do processo do MCB e através dela percebemos como a emergência dos movimentos de educação e cultura popular do Nordeste estão intimamente relacionados à Frente do Recife.

Ainda em relação a estes Movimentos cabe um reparo à afirmativa da p. 35 que os identifica como "fora do sistema oficial de ensino, e basicamente relacionada com a educação de adultos". Convém registrar que todos os movimentos foram financiados pelo Estado, através de repasses para o MCP, o MEB e o CPC. E mais: "Pé no Chão", estruturou-se dentro de uma Secretaria Municipal da Educação e sua população escolar foi preponderantemente de crianças e jovens, além, evidente, de um componente de adultos.

O final da Tese de Eunice Trein, demonstra algumas perplexidades com o atual momento da transição democrática. Partilho destas perplexidades. Todavia, sem termos a constituinte dos nossos sonhos estamos vivendo um momento de construção do futuro que requer uma cuidadosa avaliação política. Isto, em função do Estado democrático e da educação democrática que almejamos. Temo que em face das dificuldades atuais se perca o impulso da mobilização popular das "Diretas Já". É preciso não cair na armadilha da opção do tudo ou nada. É preciso não nadar e morrer na praia. Essa avaliação cuidadosa implica em reconhecer as dificuldades da convivência da Constituinte e de um Congresso Nacional, isto é, da convivência do Novo com o velho, cada um com os seus interesses específicos. Indicar

dificuldades, sim. Procurar superá-las, sim. Registrar, no entanto, as conquistas alcançadas: o voto do analfabeto; a legalização dos partidos comunistas; a organização partidária em processo; as discussões sem restrições mentais, a possibilidade da intervenção do cidadão no processo constituinte; a organização dos movimentos populares para colocar nas comissões constituintes as suas propostas - estes dois últimos itens inéditos nas formulações recentes das Constituições das liberais democracias ocidentais, como as da Espanha, Portugal e Grécia.

Estas conquistas do povo brasileiro no momento de hoje são importantes, que sejam resgatadas na discussão geral, objetivando operacionalizá-las eficazmente.

Assim concluo a minha jornada com Eunice Trein, cujo tempo histórico de 1930 até hoje conhecida com o meu próprio tempo biográfico.

Parabenizo o IESAE pelo nível do trabalho aqui produzido, parabenizo a orientadora Zilah Xavier de Almeida e a Autora Eunice Trein pela contribuição dada à educação brasileira.

Finalmente, concluo pela aprovação da dissertação de mestrado "Educação Popular: instrumento de fortalecimento da sociedade civil - desafio dos anos 80" e recomendo a sua publicação.

Rio de Janeiro, FGV, IESAE, 06 de abril de 1987